



Março/2011

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ

Concurso Público de Provas e Títulos

Outorga de Delegações de Serviços de Notas e de Registros

Nome do Candidato _____

Caderno de Prova 'A01', Tipo 001

Nº de Inscrição _____

MODELO

Nº do Caderno _____

MODELO1

Nº do Documento _____

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO _____

Prova Objetiva Seletiva

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno contém 100 questões, numeradas de 1 a 100.
Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações, nem o uso de máquina calculadora.
- A duração da prova é de 4 horas, para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala para devolver o Caderno de Questões e a Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**Registros Públicos**

1. Em caso de danificação de livro obrigatório sob a responsabilidade do titular da serventia, a sua restauração
- (A) poderá ser efetuada diretamente pelo titular, sem qualquer outra formalidade.
 - (B) dependerá de prévia comunicação à Corregedoria da Justiça e ao Juiz de Direito competente para os Registros Públicos, que a autorizará.
 - (C) dependerá de prévia comunicação à Corregedoria da Justiça e ao Juiz de Direito competente para os Registros Públicos, sem necessidade de autorização.
 - (D) dependerá da propositura de medida jurisdicional de restauração, sem prejuízo da comunicação à Corregedoria da Justiça.
 - (E) poderá ser efetuada diretamente pelo titular, após a realização de relatório de autocorreção da unidade.
2. O prazo de validade da prenotação, nos Registros de Imóveis, é de
- (A) 30 (trinta) dias, prorrogáveis a pedido da parte.
 - (B) 30 (trinta) dias, prorrogáveis a critério da serventia.
 - (C) 30 (trinta) dias, prorrogáveis em caso de suscitação de dúvida.
 - (D) 15 (quinze) dias, improrrogáveis.
 - (E) 15 (quinze) dias, prorrogáveis a pedido da parte.
3. A respeito do procedimento de dúvida, é correto afirmar que
- (A) terá natureza judicial ou extrajudicial, conforme a presença ou não de lide.
 - (B) se aplica exclusivamente aos registros de imóveis, e não às outras especialidades registraes.
 - (C) a respectiva sentença poderá ser objeto de apelação pelo interessado, pelo Ministério Público, pelo terceiro interessado e pelo Oficial Registrador.
 - (D) poderá ser suscitada de forma resumida pelo Oficial, bastando consignar a simples remissão ao texto legal pertinente e às falhas do título submetido a registro.
 - (E) em caso de improcedência será determinado ao Oficial que proceda ao registro do título.
4. A retificação de registro imobiliário, de acordo com o regime vigente após a Lei nº 10.931/04,
- (A) será conduzida diretamente pelo Oficial de Registro de Imóveis, mesmo em casos que envolvam litígio entre os confrontantes de imóveis lindeiros, envolvendo direitos reais titularizados por cada um deles.
 - (B) será efetuada judicialmente sempre que tiver por objeto a retificação de medida perimetral e, simultaneamente, aumento de área do imóvel retificando.
 - (C) restringe as hipóteses de retificação administrativa aos imóveis urbanos devidamente matriculados no Registro de Imóveis, devendo as retificações de imóveis rurais ser conduzidas judicialmente, com oitiva dos órgãos competentes.
 - (D) permite a sua efetivação por procedimento administrativo, mesmo que implicando alteração da área do imóvel retificando, se houver a anuência expressa dos confrontantes, todos tabularmente identificados.
 - (E) embute delegação ao Oficial de Registro de Imóveis para que decida todas as impugnações fundamentadas acerca da titularidade do imóvel retificando, ou parte dele, tornando desnecessária a intervenção judicial em tais hipóteses.
5. Sob pena de ineficácia, a hipoteca convencional deverá ser objeto de nova especialização no prazo máximo de
- (A) 5 (cinco) anos de seu registro.
 - (B) 10 (dez) anos de seu registro.
 - (C) 15 (quinze) anos de seu registro.
 - (D) 20 (vinte) anos de seu registro.
 - (E) 30 (trinta) anos de seu registro.
6. NÃO estão sujeitos a registro por extrato ou extração, no Registro de Títulos e Documentos, os
- (A) documentos destinados a registro facultativo para guarda e conservação.
 - (B) documentos de procedência estrangeira, para produção de efeitos no Brasil.
 - (C) contratos de compra e venda de bens móveis com reserva de domínio.
 - (D) contratos de alienação fiduciária de bens móveis.
 - (E) contratos de locação de prédios.
7. A requerimento expresso da parte interessada, ingressa no Registro de Títulos e Documentos, para guarda e conservação, contrato já registrado na própria serventia para os fins do art. 129 da Lei nº 6.015/73. Diante deste título, o Oficial deverá
- (A) recusar o registro e suscitar dúvida, de ofício, para o Juiz competente.
 - (B) registrar o título, sem maior formalidade, uma vez que o intuito é simplesmente guarda e conservação.
 - (C) registrar o título, mencionando expressamente a circunstância de já haver sido registrado anteriormente.
 - (D) informar o apresentante que não registrará o título e abrir prazo para sanar as irregularidades observadas.
 - (E) recusar o registro por ser impossível registrá-lo em duplicidade.
8. Durante a análise do conteúdo de um estatuto de associação submetido a registro, foram constatados os seguintes pontos relevantes:
- I. em caso de dissolução da associação, os associados receberão o pagamento de quotas partes que possuem sobre o patrimônio;
 - II. os órgãos deliberativos da associação serão convocados apenas pela sua diretoria;
 - III. os associados poderão ser excluídos por decisão da diretoria, sem garantia de ampla defesa.
- É (São) impeditiva(s) do registro da associação a(s) disposição(ões) constante(s) do(s) item(ns)
- (A) I, apenas.
 - (B) II, apenas.
 - (C) I e II, apenas.
 - (D) II e III, apenas.
 - (E) I, II e III.



9. A autenticação de cópia de documento rasurado
- (A) não é admissível.
 - (B) é admissível apenas se o documento for apresentado em original.
 - (C) é admissível apenas se a cópia do documento for extraída na serventia.
 - (D) é admissível se o apresentante firmar termo de responsabilidade de seu conteúdo.
 - (E) é admissível mediante a aposição de ressalva pela serventia, informando que o original está rasurado.
10. Um casal, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, procura um Tabelião para a realização de seu divórcio consensual. Cada cônjuge possui bens próprios, além de imóveis em comum. Os cônjuges explicam que desejam que o patrimônio comum seja atribuído integralmente à esposa e que, em compensação, a esposa transfira um imóvel de seu patrimônio pessoal ao marido, além de determinada quantia em dinheiro. Neste caso, o Tabelião
- (A) deverá negar-se a lavrar a escritura, pois o divórcio será necessariamente judicial.
 - (B) deverá lavrar a escritura de divórcio, contemplando os negócios jurídicos tal como concebidos, mediante o pagamento dos tributos incidentes.
 - (C) deverá lavrar tantas escrituras públicas quantos os negócios jurídicos envolvidos.
 - (D) deverá lavrar uma escritura para o divórcio e outra para a transmissão do bem pessoal da esposa, mediante o pagamento dos tributos incidentes.
 - (E) apenas poderá lavrar a escritura de divórcio se houver aquiescência do membro do Ministério Público.
11. O reconhecimento de firma efetuado mediante comparação da assinatura lançada em documento com aquela aposta em cartão arquivado na serventia é denominado reconhecimento por
- (A) autenticidade.
 - (B) comparação.
 - (C) semelhança.
 - (D) fé pública.
 - (E) ato notarial.
12. Relativamente à lavratura de atos notariais em local fora da serventia, é correto afirmar:
- (A) trata-se de procedimento incompatível com a boa técnica notarial, vedado ao Tabelião e aos escreventes autorizados.
 - (B) poderá ser efetuado apenas no caso de testamento, a ser lavrado privativamente pelo Tabelião.
 - (C) é admitida a sua formalização em etapas, colhendo-se primeiramente a assinatura de uma das partes e depois, em outro local, a assinatura das demais.
 - (D) é apenas admitida como prerrogativa inerente às pessoas jurídicas de direito público.
 - (E) pode ser efetuada dentro dos limites da circunscrição territorial da unidade.
13. Determinado título foi apresentado para protesto no dia 2 de março, quarta-feira, e o devedor foi intimado pessoalmente no dia 4 de março, sexta-feira. Considerando a inexistência de feriado, se o devedor não pagar a dívida, nem justificar a recusa, o registro do protesto será considerado efetuado no dia
- (A) 2 de março.
 - (B) 4 de março.
 - (C) 5 de março.
 - (D) 7 de março.
 - (E) 9 de março.
14. Nos casos em que houver registro de nascimento sem paternidade definida, mas em que a mãe declinar o nome de suposto pai, o Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais
- (A) efetuará o assento constando como genitor a pessoa apontada pela mãe, intimando-o posteriormente a impugnar essa condição perante o Juiz corregedor, que manterá ou não o assento de nascimento.
 - (B) intimará o suposto genitor antes do registro do assento de nascimento, ouvirá as suas razões para eventual recusa e encaminhará, neste caso, o feito ao Juiz corregedor, para decisão.
 - (C) efetuará o assento constando como genitor a pessoa apontada pela mãe, independentemente de sua oitiva, em razão da presunção absoluta de paternidade decorrente da declaração da mãe.
 - (D) suspenderá imediatamente o ato de registro e encaminhará o pedido ao Ministério Público, que poderá, a seu critério, propor ação de investigação de paternidade contra o suposto pai.
 - (E) efetuará o assento e remeterá a certidão ao juízo da família, que intimará o suposto pai para se manifestar a respeito e determinará a averbação da paternidade confirmada, se for o caso, ou remeterá os autos ao Ministério Público para propor ação de investigação de paternidade.
15. A oposição de impedimentos ao casamento
- (A) ocorrerá em no máximo 15 (quinze) dias após a afixação do edital e ensejará a remessa do procedimento ao Juiz, para decisão.
 - (B) poderá ser efetuada tanto pelo Ministério Público quanto por qualquer cidadão, competindo a decisão ao Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais.
 - (C) independe do procedimento de habilitação, podendo ser efetuada a qualquer tempo antes da celebração do ato.
 - (D) deverá ser efetuada no prazo de 3 (três) dias a contar da afixação dos proclamas, abrindo-se igual prazo para a decisão pelo órgão do Ministério Público.
 - (E) está sujeita a decisão pelo Juiz corregedor, a qual por sua vez poderá ser objeto de recurso à superior instância.
16. As retificações de assentos no Registro Civil das Pessoas Naturais
- (A) dependerão sempre de parecer do Ministério Público e decisão judicial.
 - (B) poderão ser efetuadas pelo Oficial sempre que vislumbrar erro evidente, mediante posterior comunicação à Corregedoria.
 - (C) poderão ser efetuadas pelo Oficial no caso de erro evidente, mediante requerimento da parte interessada e após manifestação do Ministério Público.
 - (D) dispensam intervenção de outras autoridades, que não o próprio oficial.
 - (E) implicarão o cancelamento do assento retificado e a lavratura de novo, transpondo os dados corretos e inserindo aquele que se pretendia retificar.



<p>17. As escrituras de emancipação serão</p> <p>(A) averbadas no Livro E, no 1º Ofício de cada comarca, à margem do assento de nascimento, que deverá ser trasladado do livro onde originalmente efetuado.</p> <p>(B) registradas no Livro E, no 1º Ofício de cada comarca, como ato autônomo.</p> <p>(C) registradas no Livro A, com anotação à margem do assento de nascimento, e trasladadas para o Livro E.</p> <p>(D) registradas no Livro A, como ato autônomo.</p> <p>(E) averbadas à margem do assento de nascimento, no Livro A.</p>	Direito Constitucional
<p>18. Considere as regras abaixo acerca da cobrança de emolumentos:</p> <p>I. É vedado fixar emolumentos em percentual do valor do negócio jurídico objeto dos serviços notariais e de registro.</p> <p>II. As serventias podem repassar aos usuários os custos diretos incorridos na prestação dos serviços.</p> <p>III. É vedado aos Estados-membros criar critérios de cobrança de emolumentos em desacordo com as regras gerais da legislação federal.</p> <p>Está correto o que se afirma SOMENTE em</p> <p>(A) I.</p> <p>(B) II.</p> <p>(C) I e II.</p> <p>(D) I e III.</p> <p>(E) II e III.</p>	<p>21. A nomeação de irmão de Secretário de Estado para exercer cargo de confiança de assessoria na Secretaria de que este é titular</p> <p>(A) não pode ser objeto de questionamento judicial, em virtude do princípio da separação de poderes, por se tratar de ato de competência do Poder Executivo.</p> <p>(B) pode ser objeto de mandado de segurança coletivo, impetrado pelo Ministério Público, por ofensa a interesse difuso protegido constitucionalmente.</p> <p>(C) é passível de impugnação por qualquer cidadão, por meio de ação popular, em virtude de ofensa à moralidade administrativa.</p> <p>(D) pode ser objeto de <i>habeas data</i>, impetrado por quem preencha os requisitos para o cargo, com vistas à anulação do ato de nomeação.</p> <p>(E) não conflita com os princípios constitucionais da Administração Pública, uma vez que não traz prejuízo ao erário.</p>
<p>19. A perda da delegação é sanção que deve ser aplicada ao titular de serviços notariais ou de registro</p> <p>(A) sempre após prévia suspensão, nos casos de reiterado descumprimento dos deveres legais.</p> <p>(B) preventivamente e em caráter liminar, a critério da autoridade fiscalizadora.</p> <p>(C) apenas em casos tipificados pela lei, em que cominada especificamente essa penalidade.</p> <p>(D) discricionariamente pela autoridade fiscalizadora, sem necessária correlação entre a gravidade da infração e a pena aplicada.</p> <p>(E) após regular processo administrativo disciplinar ou sentença judicial transitada em julgado.</p>	<p>22. Ação direta de inconstitucionalidade proposta por Governador de Estado, tendo por objeto dispositivos de lei federal contrários à Constituição da República, é julgada procedente pelo Supremo Tribunal Federal. Nessa hipótese,</p> <p>(A) a decisão é anulável, pois Governador de Estado não tem legitimidade para propor ação tendo por objeto a constitucionalidade de lei federal.</p> <p>(B) não é aplicável a regra de participação do Procurador Geral da República, por se tratar de ação de interesse de Estado-membro da Federação.</p> <p>(C) o Governador deveria ter demonstrado a repercussão geral das questões constitucionais discutidas no caso, nos termos da lei, a fim de que o Tribunal examinasse a admissibilidade da ação.</p> <p>(D) a decisão produzirá eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.</p> <p>(E) a decisão é nula, por se tratar de matéria de competência originária do Superior Tribunal de Justiça.</p> <p>23. Considere as seguintes afirmações sobre a disciplina constitucional da liberdade de associação:</p> <p>I. É plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar.</p> <p>II. As associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se para tanto o trânsito em julgado desta.</p> <p>III. Ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado, salvo disposição prévia em contrário do estatuto social.</p> <p>Está correto o que se afirma em</p> <p>(A) I, apenas.</p> <p>(B) II, apenas.</p> <p>(C) III, apenas.</p> <p>(D) I e II, apenas.</p> <p>(E) I, II e III.</p>



24. Considerando, dentre outras razões, que os concursos públicos para outorga de delegação de serviços notariais e de registro não têm observado um padrão uniforme, sendo objeto de diversos procedimentos administrativos junto ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e de medidas judiciais perante os órgãos judiciais de instância superior, o CNJ editou a Resolução nº 81, de 2009, que “dispõe sobre os concursos públicos de provas e títulos, para a outorga das Delegações de Notas e de Registro, e minuta de edital”. O artigo 2º da citada Resolução prevê que “os concursos serão realizados semestralmente ou, por conveniência da Administração, em prazo inferior, caso estiverem vagas ao menos três delegações de qualquer natureza”.

A esse respeito, pode-se afirmar que

- (A) é compatível com a Constituição da República o exercício de competência pelo CNJ para instaurar procedimentos administrativos relativamente a serviços notariais e de registro, mas não para editar resolução em decorrência do quanto apurado nos procedimentos em questão.
- (B) é incompatível com a Constituição da República a previsão do art. 2º da Resolução 81 relativa à periodicidade para realização de concursos, a despeito de o CNJ possuir competência para editar resolução a esse respeito.
- (C) é compatível com a Constituição da República o exercício de competência pelo CNJ para editar resoluções, mas não para instaurar procedimentos administrativos relativamente a serviços notariais e de registro, nem para disciplinar a periodicidade de realização de concursos para outorga desses serviços.
- (D) é compatível com a Constituição da República o teor do art. 2º da Resolução 81 relativa à periodicidade para realização de concursos, a despeito de o CNJ não possuir competência para editar resolução a esse respeito.
- (E) são compatíveis com a Constituição da República o exercício de competência pelo CNJ para instaurar procedimentos administrativos relativamente a serviços notariais e de registro e para editar resolução em decorrência do quanto apurado nos procedimentos em questão, bem como a previsão do art. 2º da Resolução 81 referente à periodicidade para realização de concursos.

25. Nos termos do artigo 1º do Decreto-lei nº 1.593, de 21 de dezembro de 1977, com a redação dada pela Medida Provisória nº 2.158-35, de 2001, a fabricação de cigarros do tipo que especifica “será exercida exclusivamente pelas empresas que, dispondo de instalações industriais adequadas, mantiverem registro especial na Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda”. O artigo 2º do mesmo diploma normativo prevê, ainda, as hipóteses em que o registro especial referido será cancelado.

Os dispositivos citados do Decreto-lei em questão

- (A) são incompatíveis com a disciplina constitucional da liberdade de iniciativa, que impede o Estado de exercer função regulatória de atividade econômica privada.
- (B) são compatíveis com a disciplina constitucional da liberdade de iniciativa, que permite à lei exigir autorização de órgãos públicos para o exercício de atividade econômica.
- (C) ofendem a disciplina constitucional da liberdade de iniciativa, que assegura a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização.
- (D) contrariam o princípio da legalidade, pois Decreto-lei e Medida Provisória não podem criar obrigações ou restrições ao exercício de direitos fundamentais.
- (E) ferem os princípios da igualdade e livre concorrência, por estabelecerem tratamento diferenciado entre pessoas jurídicas que exercem atividades econômicas, fora das hipóteses autorizadas pela Constituição.

Direito Administrativo

26. Acerca dos modos de intervenção do Estado na propriedade, é correto afirmar que a requisição
- (A) é assunto de competência legislativa concorrente da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
 - (B) gera o dever do Poder Público de indenização prévia, justa e em dinheiro em favor do proprietário.
 - (C) tal qual a desapropriação, implica, ao final, a aquisição da propriedade privada pelo Poder Público.
 - (D) não obriga o Poder Público a obter autorização judicial para uso de um bem privado.
 - (E) tem por escopo destinar ao assentamento de colonos as glebas até então exploradas para culturas ilegais de plantas psicotrópicas.
27. Com base no ordenamento jurídico pátrio, são bens da União
- (A) os terrenos da marinha e seus acrescidos, admitido o seu uso por particulares por meio do regime da enfiteuse.
 - (B) as terras que estiverem situadas na faixa de fronteira, eis que necessárias à segurança nacional.
 - (C) as terras devolutas em geral, exceto as indispensáveis à preservação ambiental, que serão de titularidade do Estado-membro respectivo.
 - (D) as ilhas oceânicas e costeiras, independentemente de nelas estar localizada a sede de algum Município.
 - (E) os bens materiais ou imateriais de relevância histórica, artística ou paisagística nacional.
28. Acerca da rescisão do contrato administrativo, é correto afirmar:
- (A) Não cabe falar em rescisão judicial de um contrato administrativo por motivo de inadimplemento pela Administração, dada a posição de supremacia desta em relação ao particular.
 - (B) O mero atraso no início da obra, serviço ou fornecimento, ainda que injustificado, não é motivo para rescisão do contrato administrativo.
 - (C) Sendo inviável a rescisão amigável, o Poder Público poderá rescindir unilateralmente o contrato, com fundamento no exercício de seu poder hierárquico.
 - (D) A rescisão unilateral tem caráter sancionador e desobriga o Poder Público do pagamento de indenizações ou ressarcimento de prejuízos ao contratado.
 - (E) A comprovada ocorrência de caso fortuito ou força maior que impeça a execução do contrato administrativo autoriza a sua rescisão unilateral pelo Poder Público.



29. É INCOMPATÍVEL com os princípios inerentes aos serviços públicos:

- (A) aplicação plena da “exceção do contrato não cumprido” contra a Administração Pública.
- (B) sujeição do exercício do direito de greve a condições especiais.
- (C) exigência de permanência do servidor em serviço, quando pede exoneração, pelo prazo fixado em lei.
- (D) aplicação do instituto da encampação.
- (E) paridade de tratamento de usuários, com igualdade de acesso.

30. No que se refere à revogação e à invalidação dos atos administrativos,

- (A) a Administração Pública poderá invalidar seus atos administrativos, por razões de ilegalidade, produzindo, de regra, efeitos *ex nunc*.
- (B) o Poder Judiciário poderá revogar atos administrativos, por razões de ilegalidade, produzindo efeitos *ex nunc*.
- (C) a Administração Pública, de regra, poderá revogar atos administrativos discricionários, por razões de conveniência e oportunidade, produzindo efeitos *ex nunc*.
- (D) a Administração Pública poderá invalidar seus atos administrativos de ofício, por razões de mérito, produzindo efeitos *ex tunc*.
- (E) o Poder Judiciário não poderá invalidar atos administrativos discricionários, eis que estes estão sujeitos exclusivamente à autotutela.

31. Constituem princípios do processo administrativo, explícitos ou implícitos no Direito positivo:

- (A) oficialidade, publicidade e motivação.
- (B) sigilo, economia processual e unilateralidade.
- (C) onerosidade, publicidade e tipicidade.
- (D) formalismo, gratuidade e inércia dos órgãos administrativos.
- (E) oficialidade, devido processo legal e inércia dos órgãos administrativos.

32. A convalidação consiste em instrumento de que se vale a Administração para

- (A) restabelecer ao mundo jurídico ato anteriormente revogado ou invalidado.
- (B) confirmar decisão válida emanada por agente de nível hierarquicamente inferior.
- (C) legitimar os atos que tenham sido revogados por razões de mérito, sempre que indispensáveis à consecução de novos interesses políticos.
- (D) aproveitar atos administrativos eivados de vícios sanáveis, confirmando-os no todo ou em parte.
- (E) corrigir atos administrativos eivados de vício de finalidade, produzindo efeitos *ex nunc*.

Direito Tributário

33. O tributo que tem por fato gerador o exercício regular do poder de polícia, como, por exemplo, a fiscalização dos serviços notariais e registrais, é denominado

- (A) imposto.
- (B) taxa.
- (C) contribuição de melhoria.
- (D) emolumento.
- (E) contribuição de interesse de categoria profissional ou econômica.

34. Os emolumentos

- (A) têm natureza tributária, mas não observam aos princípios da anterioridade anual e nonagesimal e da irretroatividade tributária.
- (B) têm natureza tributária e a competência para instituí-los é da União, devendo os Estados e Distrito Federal apenas definir os atos que estarão sujeitos a sua incidência.
- (C) têm natureza tributária, mas podem ser instituídos por portaria conjunta do Tribunal de Justiça do Estado e do Governo do Estado, devendo os valores serem únicos para todos os atos notariais e de registro.
- (D) não têm natureza tributária e devem ser instituídos por lei dos Estados e do Distrito Federal, levando em conta a natureza pública e o caráter social dos serviços notariais e de registro.
- (E) não têm natureza tributária e, por isso, podem ser instituídos por portaria ou decreto, devendo corresponder ao custo do serviço notarial e de registro que remuneram.

35. Quando do registro da escritura pública de venda e compra, o Oficial do Registro de Imóveis tem o dever legal de fiscalizar o recolhimento do imposto incidente sobre a operação. Se o registro acontecer sem que tenha havido o recolhimento do imposto de transmissão devido, o Oficial do Registro de Imóveis

- (A) deverá anular o registro efetivado, sob pena de responsabilidade funcional, sem embargo da responsabilidade civil decorrente do ato de anulação do negócio jurídico.
- (B) responderá civil e administrativamente pela omissão, sem embargo da obrigação tributária por infração decorrente da não fiscalização do recolhimento do tributo devido em razão de seu ofício.
- (C) responderá solidariamente com o contribuinte, no caso de impossibilidade de exigência do cumprimento da obrigação principal por este, pelo tributo devido sobre o ato de transmissão praticado em razão de seu ofício.
- (D) será considerado contribuinte do tributo devido sobre o ato de transmissão registrado, sem embargo do direito de regresso em face do adquirente do imóvel.
- (E) não tem qualquer responsabilidade civil, penal, tributária ou administrativa pela não fiscalização dos tributos devidos sobre os atos praticados por ele, ou perante ele, em razão do seu ofício.



36. Na transmissão *causa mortis*, o *de cujus* deixou bens imóveis localizados em diversos municípios do país, em especial em São Paulo, Rio de Janeiro, Fortaleza, Macapá, Porto Grande e Serra do Navio. O inventário foi processado no lugar da abertura da sucessão, ou seja, em São Paulo. O imposto incidente sobre a transmissão *causa mortis* – ITCMD, em razão da competência constitucional, é devido ao

- (A) Município da situação do bem imóvel.
- (B) Município do lugar do inventário.
- (C) Município da situação do bem imóvel e ao Estado do lugar do inventário, em partes iguais.
- (D) Estado do lugar do inventário.
- (E) Estado da situação do bem imóvel.

37. Considere os seguintes itens sobre a Declaração de Operações Imobiliárias – DOI:

- I. O não cumprimento desta obrigação gera obrigação tributária acessória consistente em multa de 0,1% ao mês-calendário ou fração, sobre o valor da operação, devido pelo Oficial de Registro de Imóveis e pelo adquirente, solidariamente.
- II. Consiste na declaração sobre operação imobiliária de aquisição ou alienação, realizada por pessoa física ou jurídica, independentemente do seu valor, cujos documentos sejam lavrados, anotados, averbados, matriculados ou registrados em Cartório de Notas, de Registro de Imóveis e de Títulos e Documentos.
- III. Tem por sujeito ativo o Estado ou Distrito Federal e por sujeito passivo o adquirente de bem imóvel, devendo a obrigação ser cumprida no ato do registro do título aquisitivo no cartório de Registro de Imóveis.
- IV. Consiste na emissão de certidão pelo Oficial do Cartório de Registro de Imóveis ou do cartório de Títulos e Documentos, ou ainda pelo Notário, relativa a operação imobiliária cujos documentos sejam lavrados, anotados, averbados, matriculados ou registrados no respectivo cartório.
- V. Tem por sujeito ativo a União e por sujeito passivo o Oficial do Cartório de Registro de Imóveis, o Oficial do Cartório de Títulos e Documentos e o notário.

Está correto o que se afirma SOMENTE em

- (A) I e IV.
- (B) II e V.
- (C) I, II e V.
- (D) I, III e V.
- (E) II, III e IV.

38. Sobre o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), é correto afirmar que

- (A) é de competência municipal, sendo admitida a delegação da capacidade tributária à União.
- (B) para obtenção de incentivos fiscais e de crédito rural é dispensada a comprovação do recolhimento do ITR, salvo no caso de concessão de financiamento ao amparo do PRONAF.
- (C) para atos de registro e averbação no Registro de Imóveis, salvo exceções legais, é necessária a comprovação do recolhimento do ITR referente aos últimos cinco exercícios.
- (D) os serventuários do registro de imóveis são responsáveis por sucessão no caso de registro de imóvel rural sem comprovação de recolhimento do ITR no último exercício, somente.
- (E) o domicílio tributário do contribuinte do ITR é por ele eleito quando do ato do envio do Documento de Informação e Apuração do ITR – DIAT.

39. Diante da ausência de Certidão Negativa de Débitos, o Tabelião de Notas fez constar na escritura pública de compra e venda que constam débitos tributários incidentes sobre o imóvel objeto do negócio jurídico e que estes serão de responsabilidade do alienante. Neste caso, pode-se afirmar que

- (A) o Tabelião será considerado o único devedor dos tributos devidos, por ser dever funcional a fiscalização dos tributos incidentes sobre os atos que pratica.
- (B) esta declaração não importa em transferência da responsabilidade tributária ao alienante, na medida em que a responsabilidade tributária decorre de lei e, pelo CTN, será ela do adquirente.
- (C) esta declaração tem força de transferir a responsabilidade tributária ao alienante, já que feita por instrumento público por agente delegado de função pública.
- (D) tal ressalva é desnecessária, já que o alienante é o contribuinte e único devedor dos tributos cujos fatos geradores ocorreram até a data da lavratura da escritura pública, momento em que ocorre a transmissão do domínio.
- (E) só terá eficácia perante o Fisco após o registro da escritura pública no cartório de Registro de Imóveis, oportunidade em que a responsabilidade tributária recairá na pessoa do alienante.

Direito Civil

40. Quanto às leis é correto afirmar:

- (A) Salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o País, 45 (quarenta e cinco) dias depois de oficialmente promulgada.
- (B) Nos Estados estrangeiros, a obrigatoriedade da lei brasileira, quando admitida, se inicia 90 (noventa) dias depois de oficialmente promulgada.
- (C) Se antes de entrar a lei em vigor, ocorrer nova publicação de seu texto, destinada a correção, o prazo de início de sua vigência começará a correr da data da primeira publicação.
- (D) Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou a revogue, ou venha a cair em desuso devidamente reconhecido pelo Supremo Tribunal Federal em ação específica.
- (E) A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a anterior.

41. São incapazes, relativamente a certos atos, ou à maneira de os exercer, os

- (A) menores de dezesseis anos.
- (B) maiores de dezesseis e menores de dezoito anos, ainda que casados.
- (C) que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade.
- (D) pródigos, ainda que casados.
- (E) maiores de dezoito anos e menores de vinte e um anos.



<p>42. Estão sujeitos à curatela</p> <p>(A) somente os absolutamente incapazes.</p> <p>(B) somente os relativamente incapazes.</p> <p>(C) os menores de 18 anos, os deficientes mentais e os excepcionais sem completo desenvolvimento mental.</p> <p>(D) aqueles que, por enfermidade ou deficiência mental, tiverem o necessário discernimento para os atos da vida civil.</p> <p>(E) aqueles que, por causa duradoura, não puderem exprimir a sua vontade.</p>	<p>47. É nulo o negócio jurídico</p> <p>(A) quando tiver por objetivo fraudar lei imperativa.</p> <p>(B) celebrado por pessoa relativamente incapaz.</p> <p>(C) celebrado por vício resultante de erro, dolo, coação, estado de perigo, lesão ou fraude contra credores.</p> <p>(D) que não revestir a forma escrita, ainda que a lei não exija tal formalidade.</p> <p>(E) simulado, mas subsistirá o que se dissimulou, ainda que inválido for na substância ou na forma.</p>
<p>43. São herdeiros necessários</p> <p>(A) apenas o cônjuge sobrevivente, se o casamento houver sido realizado sob o regime da comunhão universal de bens, ou o convivente se houver impedimento para se realizar o casamento, os descendentes e os ascendentes.</p> <p>(B) apenas os descendentes e os ascendentes.</p> <p>(C) os ascendentes, os descendentes e os colaterais até o quarto grau.</p> <p>(D) o cônjuge sobrevivente, exclusivamente se o casamento tiver sido realizado sob o regime da comunhão universal ou parcial de bens, e os descendentes.</p> <p>(E) o cônjuge sobrevivente, qualquer que seja o regime de bens do casamento, e os descendentes.</p>	<p>48. Não corre a prescrição</p> <p>(A) entre os cônjuges, ainda que separados judicialmente.</p> <p>(B) entre ascendentes e descendentes.</p> <p>(C) contra os relativamente incapazes.</p> <p>(D) enquanto não prolatada a respectiva sentença penal definitiva quando a ação se originar de fato que deva ser apurado no juízo criminal.</p> <p>(E) contra os que se acharem servindo nas Forças Armadas.</p> <p>49. Invalidam os negócios jurídicos, que lhes são subordinados, as condições física ou juridicamente</p> <p>(A) impossíveis, quando resolutivas.</p> <p>(B) impossíveis.</p> <p>(C) impossíveis, quando suspensivas.</p> <p>(D) possíveis, quando resolutivas.</p> <p>(E) possíveis, se potestativas.</p>
<p>44. Na linha descendente os</p> <p>(A) filhos sucedem por estirpe, e os outros descendentes por cabeça, conforme se achem ou não no mesmo grau.</p> <p>(B) filhos sucedem por cabeça, e os outros descendentes por cabeça ou por estirpe, conforme se achem ou não no mesmo grau.</p> <p>(C) netos sucedem por estirpe, assim como todos os descendentes do <i>de cujus</i>, conforme se achem ou não no mesmo grau.</p> <p>(D) netos e demais descendentes sempre sucedem por estirpe, ainda que se achem no mesmo grau.</p> <p>(E) netos sucedem por cabeça e os outros descendentes por estirpe, conforme se achem ou não no mesmo grau.</p>	<p>50. São previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente diversas medidas de proteção quando o menor estiver em situação de risco, EXCETO:</p> <p>(A) orientação, apoio e acompanhamento temporários.</p> <p>(B) prestação de serviço à comunidade.</p> <p>(C) requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico em regime hospitalar ou ambulatorial.</p> <p>(D) colocação em família substituta.</p> <p>(E) matrícula e frequência obrigatória em estabelecimento oficial de ensino fundamental.</p>
<p>45. O casamento realizado diante de uma situação de urgência ou "iminente perigo de vida", em que um dos nubentes, face ao seu estado demasiadamente grave, não possui tempo suficiente para se submeter às formalidades preliminares ordinariamente exigidas, nem para aguardar o comparecimento da autoridade celebrante é conhecido como</p> <p>(A) putativo.</p> <p>(B) nuncupativo.</p> <p>(C) de fato.</p> <p>(D) discricionário.</p> <p>(E) <i>de iure</i>.</p>	<p>51. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, podem cometer atos infracionais</p> <p>(A) as crianças, apenas.</p> <p>(B) os adolescentes, apenas.</p> <p>(C) o adolescente e o adulto que ainda não completou 21 anos.</p> <p>(D) as crianças a partir de 9 anos de idade.</p> <p>(E) tanto a criança quanto o adolescente.</p>
<p>46. É anulável o casamento</p> <p>(A) de quem não completou a idade mínima para casar, ainda que tenha resultado gravidez.</p> <p>(B) do incapaz de consentir ou manifestar de modo inequívoco, o consentimento, exceto se do casamento tiver resultado gravidez.</p> <p>(C) de menor em idade núbil, quando não autorizado por seu representante legal, exceto se do casamento tiver resultado gravidez.</p> <p>(D) contraído por infringência de impedimento.</p> <p>(E) contraído pelo enfermo mental sem o necessário discernimento para os atos da vida civil.</p>	<p>52. De acordo com o direito consumerista, o direito de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação caduca em</p> <p>(A) trinta dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produto duráveis.</p> <p>(B) trinta dias, a partir da entrega efetiva do produto ou do término da execução de qualquer serviço.</p> <p>(C) trinta dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produto não duráveis.</p> <p>(D) noventa dias, a partir da entrega do produto ou do término da execução de qualquer serviço.</p> <p>(E) noventa dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produto não duráveis.</p>



53. É vedado ao fornecedor de produtos ou serviços, dentre outras práticas abusivas,
- deixar de estipular prazo para o cumprimento de sua obrigação ou deixar a fixação de seu termo inicial a seu exclusivo critério.
 - executar serviços sem a prévia elaboração de orçamento e autorização expressa do consumidor, ainda que decorrentes de práticas anteriores entre as partes.
 - eleva o preço de produtos ou serviços sem autorização do consumidor.
 - recusar a venda de bens ou a prestação de serviços, diretamente a quem se disponha a adquiri-los mediante pronto pagamento, mesmo em se tratando de casos de intermediação regulados em leis especiais.
 - enviar ou entregar ao consumidor, ainda que com solicitação prévia, qualquer produto ou fornecer qualquer serviço.
-
- Direito Processual Civil**
54. São requisitos essenciais da sentença, dentre outros,
- os fundamentos em que o juiz analisará apenas as questões de fato.
 - os fundamentos, em que o juiz analisará as questões de fato e de direito.
 - os fundamentos em que conterão os nomes da partes, a suma do pedido e da resposta do réu, bem como o registro das principais ocorrências havidas no andamento do processo.
 - o relatório, em que o juiz analisará e resolverá as questões de fato e de direito.
 - o dispositivo em que o juiz analisará as questões de fato e de direito.
-
55. Das decisões interlocutórias caberá agravo de instrumento
- no prazo de 15 dias, quando se tratar de decisão suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação, bem como nos casos de inadmissão da apelação, dentre outras hipóteses.
 - no prazo de 10 dias, salvo quando se tratar de decisão suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação, bem como nos casos de inadmissão da apelação, dentre outras hipóteses.
 - no prazo de 15 dias, salvo quando se tratar de decisão suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação, bem como nos casos de inadmissão da apelação, dentre outras hipóteses.
 - no prazo de 10 dias, quando se tratar de decisão suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação, bem como nos casos de inadmissão da apelação, dentre outras hipóteses.
 - no prazo de 8 dias, quando se tratar de decisão suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação, bem como nos casos de inadmissão da apelação, dentre outras hipóteses.
-
56. O Juizado Especial Cível Estadual tem competência para conciliação, processo e julgamento das causas cíveis de menor complexidade, tais como
- a ação de despejo para uso próprio.
 - os crimes de menor potencial ofensivo, assim considerados aqueles cuja pena máxima seja igual ou inferior a 2 (dois) anos.
 - as ações possessórias sobre bens imóveis de valor não inferior a 40 (quarenta) vezes o salário-mínimo.
 - as causas cujo valor exceda a 40 (quarenta) vezes o salário-mínimo.
 - somente as causas cujo valor não exceda a 20 (vinte) vezes o salário-mínimo.
-
57. A data do documento particular, quando a seu respeito surgir dúvida ou impugnação entre os litigantes, provar-se-á por todos os meios de direito. Em relação a terceiros, considerar-se-á datado o documento particular
- no dia em que foi subscrito.
 - desde a morte de todos os signatários.
 - a partir da impossibilidade física, que sobreveio a qualquer das testemunhas do ato.
 - do ato ou fato que estabeleça, de modo provável, a anterioridade da formação do documento.
 - da sua apresentação em repartição pública ou em juízo.
-
58. São títulos executivos extrajudiciais:
- os acordos extrajudiciais, de qualquer natureza, ainda que homologado judicialmente.
 - as sentenças arbitrais.
 - a escritura pública ou outro documento público assinado pelo devedor; o documento particular assinado pelo devedor e por, no mínimo, duas testemunhas; o instrumento de transação referendado pelo Ministério Público, pela Defensoria Pública ou pelos advogados dos transatores.
 - a escritura pública ou outro documento público assinado pelo devedor; o documento particular assinado pelo devedor e por, no mínimo, três testemunhas; o instrumento de transação referendado pelo Ministério Público, pela Defensoria Pública ou pelos advogados dos transatores.
 - o formal e a certidão de partilha, exclusivamente em relação ao inventariante, aos herdeiros e aos sucessores a título singular ou universal.
-
59. A separação consensual e o divórcio consensual poderão ser realizados sem a intervenção judicial
- desde que não haja filhos menores ou incapazes do casal e, observados os requisitos legais, por meio de escritura pública, da qual constarão as disposições relativas à descrição e à partilha dos bens comuns e à pensão alimentícia e, ainda, ao acordo quanto à retomada pelo cônjuge de seu nome de solteiro ou à manutenção do nome adotado quando se deu o casamento.
 - por meio de escritura pública, desde que não haja filhos menores ou incapazes, ainda que haja discussão quanto à destinação do patrimônio do casal.
 - desde que observados os requisitos legais quanto aos prazos, por meio de escritura pública, da qual constarão as disposições relativas à descrição e à partilha dos bens comuns e à pensão alimentícia dos filhos menores ou incapazes e, ainda, ao acordo quanto à retomada pelo cônjuge de seu nome de solteiro ou à manutenção do nome adotado quando se deu o casamento.
 - se houver expressa anuência do órgão do Ministério Público e seja o acordo elaborado por meio de escritura pública, da qual constarão as disposições relativas à descrição e à partilha dos bens comuns e à pensão alimentícia dos filhos menores ou incapazes e, ainda, ao acordo quanto à retomada pelo cônjuge de seu nome de solteiro ou à manutenção do nome adotado quando se deu o casamento.
 - por meio de escritura particular, firmada pelos separandos ou divorciandos, com firma reconhecida.



<p>60. O pedido ou a causa de pedir NÃO poderá mais ser alterado após</p> <p>(A) o recebimento da inicial. (B) a citação do réu. (C) o oferecimento de contestação por parte do réu. (D) o despacho saneador. (E) a réplica.</p>	<p>64. João, com a intenção de matar, golpeou José com uma faca, ferindo-o. Em condições normais, o ferimento teria configurado apenas lesão corporal leve. No entanto, por ser a vítima diabética, a lesão se agravou e esta veio a falecer em razão do ocorrido. Nesse caso, João responderá por</p> <p>(A) homicídio doloso. (B) tentativa de homicídio. (C) lesões corporais graves. (D) lesões corporais leves. (E) homicídio culposo.</p>
<p>61. O processo extingue-se com resolução de mérito quando</p> <p>(A) o juiz pronunciar a decadência ou a prescrição. (B) o autor desistir da ação, por implicar em renúncia ao direito material. (C) o juiz acolher a alegação de perempção, litispendência ou de coisa julgada. (D) ocorrer confusão entre autor e réu. (E) ficar parado durante mais de 1 (um) ano por negligência das partes.</p>	<p>65. Admite-se a tentativa</p> <p>(A) nas contravenções. (B) nos crimes omissivos puros. (C) nos crimes culposos. (D) nos crimes unisubsistentes. (E) nos crimes comissivos por omissão.</p>
<p>62. É parte legítima para a propositura de ação civil pública</p> <p>(A) o Ministério Público e a Defensoria Pública, apenas. (B) a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, apenas. (C) a associação que, concomitantemente, esteja constituída há pelo menos 1 (um) ano nos termos da lei civil e inclua, entre suas finalidades institucionais, a proteção ao meio ambiente, ao consumidor, à ordem econômica, à livre concorrência ou ao patrimônio artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico. (D) a autarquia, empresa pública, fundação ou sociedade de economia mista, desde que esteja constituída há pelo menos 6 (seis) meses nos termos da lei civil e inclua, entre suas finalidades institucionais, a proteção ao meio ambiente, ao consumidor, à ordem econômica, à livre concorrência ou ao patrimônio artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico. (E) a associação ou sociedade que, concomitantemente, esteja constituída há pelo menos 6 (seis) meses nos termos da lei civil e inclua, entre suas finalidades institucionais, a proteção ao meio ambiente, ao consumidor, à ordem econômica, à livre concorrência ou ao patrimônio artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.</p>	<p>66. No crime de homicídio,</p> <p>(A) não podem subsistir duas qualificadoras objetivas. (B) a superioridade de armas constitui qualificadora objetiva. (C) a superioridade de agentes constitui qualificadora objetiva. (D) a premeditação constitui qualificadora subjetiva. (E) a qualificadora da surpresa é incompatível com o dolo eventual.</p>
<p style="text-align: center;">Direito Penal</p> <p>63. Um navio mercante brasileiro de propriedade privada naufragou em alto mar. Os tripulantes passaram para barcos salva-vidas. Num desses barcos, houve uma briga, tendo um tripulante inglês matado um tripulante francês e ferido um colombiano. A competência para processar julgar esses delitos é da justiça</p> <p>(A) francesa, por ter sido o francês a vítima do crime mais grave. (B) brasileira, por tratar-se de barco remanescente do navio mercante. (C) do país em cujo porto o barco salva-vidas aportar. (D) da Inglaterra, por ter sido o tripulante inglês o autor dos delitos. (E) da Inglaterra ou da França, a ser definida pela prevenção.</p>	<p>67. Mara, empregada doméstica, subtraiu joias de sua empregadora Dora, colocando-as numa caixa que enterrou no quintal da residência. No dia seguinte, porém, Dora deu pela falta das joias e chamou a polícia que realizou busca no imóvel e encontrou o esconderijo onde Mara as havia guardado. Nesse caso, Mara responderá por</p> <p>(A) apropriação indébita. (B) furto tentado. (C) furto consumado. (D) roubo. (E) estelionato.</p> <p>68. José estava numa mesa de bar, onde Pedro lhe contou que, no dia seguinte, iria cometer um roubo numa determinada residência. Mesmo tendo conhecimento prévio do crime que Pedro iria cometer, José se omitiu na prática de atos tendentes a impedir o resultado. Nessa situação, José</p> <p>(A) não responderá por nenhum delito. (B) responderá por coautoria do roubo. (C) responderá por participação no roubo. (D) responderá por favorecimento pessoal. (E) responderá por favorecimento real.</p> <p>69. Ao ser parado numa <i>blitz</i>, Tício, em razão de seus antecedentes criminais, apresentou aos policiais a carteira de identidade de Elvío, na qual havia inserido a sua fotografia. A conduta de Tício caracterizou o delito de</p> <p>(A) falsificação de documento particular. (B) falsidade ideológica. (C) falsificação de documento público. (D) falsa identidade. (E) uso de documento falso.</p>



<p>70. A respeito do crime de peculato, considere:</p> <p>I. É indispensável à caracterização do crime de peculato a prévia instauração de processo administrativo contra o funcionário público acusado de tê-lo cometido.</p> <p>II. A não aprovação das contas administrativas é condição objetiva de punibilidade do crime de peculato.</p> <p>III. A utilização pelo funcionário público, em proveito próprio ou de outrem, de dinheiro do qual tinha a posse em razão do cargo configura o delito de peculato, ainda que o agente pretenda efetuar a reposição e tenha condições de fazê-lo.</p> <p>Está correto o que se afirma SOMENTE em</p> <p>(A) II. (B) III. (C) I e II. (D) I e III. (E) II e III.</p>	<p>74. Nos crimes de ação exclusivamente privada, o inquérito policial deverá ser instaurado</p> <p>(A) a requerimento escrito de qualquer pessoa que tiver conhecimento do fato. (B) pela autoridade policial, de ofício. (C) a requerimento de quem tenha qualidade para intentá-la. (D) através de requisição do Ministro da Justiça. (E) a requerimento verbal de qualquer pessoa que tiver conhecimento do fato.</p>
<p>71. Pedro ateou fogo em sua loja de tecidos, com a finalidade de obter o respectivo seguro, colocando em risco os imóveis vizinhos. Em razão dessa conduta, Pedro responderá por crime de</p> <p>(A) perigo para a vida ou saúde de outrem. (B) incêndio culposo. (C) estelionato qualificado pela fraude para recebimento de indenização ou valor de seguro. (D) incêndio doloso qualificado pelo intuito de obter vantagem econômica em proveito próprio. (E) estelionato simples.</p>	<p>75. O juiz</p> <p>(A) só poderá atribuir definição jurídica diversa, mesmo sem modificar a descrição do fato contido na denúncia, se implicar na aplicação de pena igual à do delito previsto na definição jurídica dela constante. (B) sem modificar a descrição do fato contida na denúncia, poderá atribuir-lhe definição jurídica diversa, ainda que, em consequência, tenha de aplicar pena mais grave. (C) para aplicar pena mais grave, mesmo sem modificar a descrição do fato contida na denúncia, atribuindo-lhe definição jurídica diversa, deverá baixar os autos para o Ministério Público aditar a denúncia. (D) para aplicar pena mais grave, mesmo sem modificar a descrição do fato contida na denúncia, atribuindo-lhe definição jurídica diversa, deverá encaminhar os autos à Procuradoria-Geral de Justiça, para que outro representante do Ministério Público analise eventual aditamento. (E) só poderá atribuir definição jurídica diversa, mesmo sem modificar a descrição do fato contido na denúncia, se implicar na aplicação de pena mais branda que a do delito previsto na definição jurídica dela constante.</p>
<p>72. No que concerne ao delito de duplicata simulada,</p> <p>(A) o delito não se caracteriza se a duplicata tiver sido emitida sem correspondência a efetiva prestação de serviço. (B) é necessária a prova do efetivo prejuízo, por tratar-se de crime de índole material. (C) é possível a punição pela forma culposa a conduta do agente que, por negligência, causou o extravio de duplicata, possibilitando protesto por terceiro. (D) é passível de punição o agente que, agindo de boa-fé, tiver emitido o título por erro. (E) não exclui o crime o ressarcimento do dano através do pagamento da duplicata antes do oferecimento da denúncia.</p>	<p>76. Tratando-se de infração permanente, praticada em território de duas ou mais jurisdições, a competência</p> <p>(A) será determinada pelo local em que foi praticado o último ato de execução antes da prisão do agente. (B) será determinada pelo local em que tiver sido praticado o maior número de atos de execução. (C) será determinada pelo local em que ocorreu a consumação. (D) firmar-se-á pela prevenção. (E) será determinada pelo local do domicílio ou residência da vítima.</p>
<p style="text-align: center;">Direito Processual Penal</p> <p>73. A norma processual que permite ao juiz converter o julgamento em diligência e ouvir testemunhas referidas nos autos não arroladas pelas partes funda-se no princípio</p> <p>(A) do contraditório. (B) do impulso oficial. (C) da verdade real. (D) da instrumentalidade do processo. (E) do juiz natural.</p>	<p>77. A prisão preventiva</p> <p>(A) poderá ser decretada quando se tratar de crime culposo. (B) poderá ser decretada nos crimes punidos com detenção quando se apurar que o indiciado é vadio. (C) poderá ser decretada quando se tratar de ilícito contravençional. (D) poderá ser decretada mesmo se o juiz verificar pela prova dos autos que o agente praticou o fato em legítima defesa. (E) não poderá ser decretada pelo juiz de ofício.</p>



<p>78. Se o acusado, citado por edital, não comparecer, nem constituir advogado,</p> <p>(A) o processo será arquivado e será extinto quando se expirar o prazo prescricional.</p> <p>(B) será decretada a revelia e o processo prosseguirá com a nomeação de defensor dativo.</p> <p>(C) o processo será julgado extinto sem julgamento do mérito.</p> <p>(D) será obrigatoriamente decretada a sua prisão preventiva.</p> <p>(E) ficarão suspensos o processo e o curso do prazo prescricional.</p>	<p>83. Uma vez totalmente integralizado o capital social, a responsabilidade dos sócios, por dívidas sociais, nas sociedades limitadas</p> <p>(A) é subsidiária e ocorrerá sempre que se esgote o patrimônio da sociedade.</p> <p>(B) é exclusiva dos controladores e limitada ao valor de sua participação no capital social.</p> <p>(C) atinge somente o patrimônio pessoal dos sócios controladores até o valor total do capital social.</p> <p>(D) depende da comprovação da regularidade da sociedade na Junta Comercial local.</p> <p>(E) é excepcional e depende de disposição legal específica, como no caso de desconsideração da personalidade jurídica.</p>
<p>79. Cabe apelação da decisão que</p> <p>(A) absolver sumariamente o réu, no procedimento relativo aos processos da competência do Tribunal do Júri.</p> <p>(B) conceder ou negar ordem de <i>habeas corpus</i>.</p> <p>(C) ordenar a suspensão do processo em virtude de questão prejudicial.</p> <p>(D) anular o processo da instrução criminal, no todo ou em parte.</p> <p>(E) decidir o incidente de falsidade.</p>	<p>84. Nas Sociedades Anônimas, é considerado controlador aquele que</p> <p>(A) faz o poder de voto de suas ações prevalecer, de maneira permanente, nas deliberações sociais e nas eleições de administradores, orientando os negócios da companhia.</p> <p>(B) possui mais de 75% das ações com direito a voto.</p> <p>(C) é titular de mais de 50% do capital social da companhia e tenha integralizado sua participação tempestivamente, nos termos do quanto definido no estatuto social.</p> <p>(D) tem o poder de assinar contratos e celebrar negócios em nome da companhia, individualmente.</p> <p>(E) o estatuto social nomeie como controlador, a partir do momento em que tiver sido assinado o termo de compromisso respectivo.</p>
<p>80. De acordo com a Lei dos Juizados Especiais Criminais (Lei nº 9.099/95), tratando-se de ação penal pública condicionada à representação, se, na audiência preliminar, não for obtida a composição dos danos, mas o ofendido optar por não exercer o direito de representação,</p> <p>(A) a ação será, desde logo, julgada extinta pela ocorrência da decadência do direito.</p> <p>(B) o não oferecimento da representação implica em renúncia desse direito.</p> <p>(C) o prazo decadencial se interromperá e voltará a correr a partir da data da audiência.</p> <p>(D) o não oferecimento da representação não implica em decadência do direito, que poderá ser exercido no prazo de seis meses.</p> <p>(E) o prazo decadencial ficará suspenso, até o ofendido juntar procuração comprovando estar assistido por advogado.</p>	<p>85. Como consequência da fusão das sociedades "A" e "B"</p> <p>(A) as ações ou quotas de "A" e "B" passam a pertencer integralmente à nova sociedade, surgida a partir da fusão.</p> <p>(B) a maior das duas sociedades passa a ser composta não apenas por seus bens, direitos e obrigações, mas também pelos bens, direitos e obrigações da menor.</p> <p>(C) extinguem-se as sociedades "A" e "B", surgindo com a fusão uma nova sociedade que as sucederá nos direitos e obrigações.</p> <p>(D) os acionistas dissidentes na deliberação de fusão não terão direito a recesso.</p> <p>(E) sob pena de perda do direito, credores das sociedades "A" e "B" terão 60 dias para manifestar-se e assegurar que seus créditos foram incluídos na nova sociedade.</p>
<p style="text-align: center;">Direito Comercial</p> <p>81. Empresário que exerce atividade empresária sem prévia inscrição no Registro do Comércio</p> <p>(A) poderá pleitear recuperação judicial em caso de crise econômico financeira.</p> <p>(B) estará sujeito à decretação de sua falência no caso de impontualidade.</p> <p>(C) poderá requerer a falência de empresário irregular.</p> <p>(D) poderá requerer a falência de empresário regular.</p> <p>(E) não poderá habilitar seu crédito na recuperação judicial de empresário regular.</p>	<p>86. Quanto à recuperação extrajudicial é correto afirmar:</p> <p>(A) O plano pode abranger somente os credores signatários, hipótese em que pode tratá-los de modo heterogêneo.</p> <p>(B) Os atos praticados em cumprimento ao plano homologado judicialmente não estão sujeitos a revogação, na hipótese de decretação de falência, ainda que demonstrado prejuízo a outros credores.</p> <p>(C) O plano deve contemplar o pagamento integral dos créditos trabalhistas no prazo máximo de 1 ano a contar da homologação judicial.</p> <p>(D) Enquanto estiver cumprindo regularmente o plano homologado, o devedor não poderá ter sua falência decretada, ainda que a pedido de credor não sujeito ao plano.</p> <p>(E) É a Assembleia Geral de Credores que aprova o plano, por meio de <i>quorum</i> especial.</p>
<p>82. Na duplicata mercantil, o aceite é</p> <p>(A) facultativo e poderá ser suprido pelo protesto do título juntamente com a comprovação da entrega da mercadoria.</p> <p>(B) obrigatório e poderá ser suprido pelo protesto do título juntamente com a comprovação da entrega da mercadoria.</p> <p>(C) facultativo e poderá ser suprido pela anuência do endossante.</p> <p>(D) obrigatório e poderá ser suprido pela anuência do endossante.</p> <p>(E) facultativo e poderá ser recusado em caso de vício na mercadoria.</p>	



87. Quanto ao resseguro é correto afirmar:

- (A) Por ele, duas ou mais seguradoras dividem em quotas iguais a responsabilidade pela indenização do segurado no caso de sinistro.
- (B) Há resseguro quando a SUSEP (Superintendência de Seguros Privados) determina que uma seguradora seja substituída por outra com maior capacidade financeira para assumir o risco de indenização do sinistro.
- (C) Significa a renovação automática de um contrato de seguro na data de seu vencimento.
- (D) Trata-se de meio de distribuição de cobertura de risco que pressupõe que uma resseguradora cubra parte da prestação da seguradora em caso de sinistro.
- (E) As seguradoras brasileiras não estão obrigadas a contratar resseguro.

Conhecimentos Gerais

88. Chico Buarque de Holanda lançou seu primeiro romance em 1992 e, desde então, foi agraciado três vezes com o Prêmio Jabuti. Em 2010, o romance de sua autoria premiado como Livro do Ano no gênero Romance-Ficção foi

- (A) **Estorvo.**
- (B) **Fazenda Modelo.**
- (C) **Leite Derramado.**
- (D) **Budapeste.**
- (E) **Ópera do Malandro.**

89. O Censo realizado no Brasil, em 2010, indica que o Estado do Amapá:

- I. apresentou o maior índice de crescimento populacional entre os estados do país, com 40,18%, entre 2000 e 2010.
- II. é o segundo estado do país com menor população, atrás apenas de Roraima.
- III. concentra mais da metade de sua população na zona rural.

Está correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) I, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

90. Os conflitos no mundo árabe são destaque no noticiário internacional desde dezembro de 2010. Sobre tais conflitos é correto afirmar:

- (A) Aconteceram no Norte da África e no Oriente Médio, em países que mantêm monarquias absolutas como forma de governo.
- (B) Provocaram, de dezembro de 2010 a fevereiro de 2011, a deposição dos presidentes da Mauritânia, do Iêmen, do Egito e da Líbia.
- (C) Tiveram início no Egito e se espalharam para outros países do Oriente Médio, após a deposição de Hosni Mubarak, em 11 de fevereiro de 2011.
- (D) Começaram na Tunísia, em dezembro de 2010, provocando a queda de Zine El Abidine Ben Ali, em 14 de janeiro de 2011.
- (E) Não atingiram os países árabes governados por militares, nos quais houve apenas atos de protesto contra o desemprego.

Língua Portuguesa

Atenção: As questões de números 91 a 96 baseiam-se no texto seguinte.

Estamos submersos no mundo da informação, alvejados continuamente por notícias ou torpedos numa rede comunicacional em que se projeta a prevalência da mídia, que passou a conformar nosso modo de ser. O virtual assume papel relevante na realidade, pois as formas de conhecer e avaliar deixaram de ser fruto da leitura e da reflexão para se alicerçarem unicamente na informação rápida, no conhecimento por tiras, retirado das comunicações que são enviadas em processo contínuo de transmissão durante todo dia, compartilhadas por todos.

Dessa forma a assunção de convicções individuais, bem como o silêncio e a solidão cederam passo a uma posição passiva de recepção contínua e coletiva de comunicações, com aceitação indiscutida da informação urgente trazida pelos órgãos da imprensa. E o grande meio de informação ainda é a televisão, em especial no Brasil, malgrado o crescimento da internet. Mas o que é a televisão?

A televisão pode ser uma via autoritária, na medida em que penetra nossa existência em todos os instantes, de manhã até a noite. Não há mais horário para ver televisão, vê-se televisão a todo tempo. Não se escolhe um programa de televisão, liga-se a televisão, cuja mensagem é recebida enquanto se conversa ou durante o jantar. Assim, a televisão é uma imposição de modos de ser, de pensar, que vão sendo introjetados imperceptivelmente. Os programas de baixo nível, nada educativos e exploradores de anseios de sucesso segundo o modelo dos "famosos", são fenômenos graves, pois hoje não têm mais força os emissores simbólicos tradicionais: a religião, a escola, o sindicato, a família. Concentra-se a capacidade de transmissão simbólica nos meios de comunicação, com fácil penetração dos estereótipos forjados pela mídia em campo aberto, dada a desavisada recepção. Assim, o rádio e a televisão têm um impacto extraordinário porque expressam manifestações de cunho valorativo, mesmo no campo político, e modelam a opinião pública.

Em grande parte dos países democráticos há formas de controle da mídia, porém prevalece a autorregulação, tal como no Canadá, na Austrália, na Inglaterra. A autorregulação, a meu ver, cabe ser exercida por um ombudsman, dotado de independência e inamovibilidade durante seu mandato, que deverá pautar sua ação em código de conduta do órgão de imprensa, a ser registrado em conselho constituído segundo lei federal. Desse modo, conciliam-se o direito de liberdade de expressão e o direito de preservação dos valores éticos e sociais da pessoa e da família, como expressa nossa Constituição. Faz-se, assim, a conjugação e não a colisão de direitos.

(Trecho de artigo de Miguel Reale Júnior, com adaptações. O Estado de S. Paulo, A2, Espaço aberto, 4 de dezembro de 2010)



<p>91. O autor</p> <p>(A) defende abertamente o controle de informações transmitidas pela mídia, em vista de apresentarem um viés deletério para os valores tradicionais.</p> <p>(B) analisa aspectos da vida moderna, especificamente quanto à rapidez de transmissão das informações, fato que atesta a suprema importância da mídia.</p> <p>(C) aponta riscos oriundos da excessiva exposição à mídia, sugerindo ser necessária alguma forma de controle que vise à manutenção de valores éticos na sociedade.</p> <p>(D) critica a superficialidade da sociedade moderna, que pouco se volta para programas realmente educativos e prefere a transmissão cada vez mais rápida de notícias.</p> <p>(E) celebra o atual desenvolvimento tecnológico que permite atingir, com informações e programas variados, um enorme público a todo o tempo e em todos os lugares.</p>	<p>94. <i>Faz-se, assim, a conjugação e não a colisão de direitos.</i> (final do texto)</p> <p>A noção de antonímia que se estabelece entre os dois segmentos da afirmativa acima está também presente no par reproduzido em:</p> <p>(A) ... pois as formas de conhecer e avaliar // fruto da leitura e da reflexão...</p> <p>(B) ... a assunção de convicções individuais // uma posição passiva de recepção contínua e coletiva de comunicações ...</p> <p>(C) Não se escolhe um programa de televisão, liga-se a televisão // enquanto se conversa ou durante o jantar.</p> <p>(D) ...há formas de controle da mídia // porém prevalece a autorregulação ...</p> <p>(E) ... o direito de liberdade de expressão // o direito de preservação dos valores éticos e sociais da pessoa e da família ...</p>
<p>92. Considerando-se o teor do texto, está INCORRETO o que consta em:</p> <p>(A) A afirmativa de que <i>convicções individuais</i> [...] <i>cederam passo a uma posição passiva de recepção contínua e coletiva de comunicações</i>, no 2º parágrafo, aponta para a ausência de espírito crítico no recebimento do conteúdo transmitido pela mídia.</p> <p>(B) O 3º parágrafo se desenvolve a partir do que foi dito, no 1º parágrafo, a respeito da <i>prevalência da mídia, que passou a conformar nosso modo de ser</i>, explicitando situações que se desenrolam nesse processo.</p> <p>(C) O segmento <i>dada a desavisada recepção</i> (3º parágrafo) exprime noção de causa no período em que se encontra, a justificar a <i>fácil penetração dos estereótipos forjados pela mídia</i>.</p> <p>(D) A afirmativa final do 3º parágrafo de que o rádio e a televisão <i>modelam a opinião pública</i> é conclusão coerente do que vem sendo desenvolvido nos parágrafos anteriores.</p> <p>(E) A regulação da mídia coloca em risco as instituições democráticas em razão da existência de interesses múltiplos, contrários aos preceitos constitucionais de <i>liberdade de expressão</i>.</p>	<p>95. ... a assunção de convicções individuais, bem como o silêncio e a solidão <u>cederam</u> passo a uma posição passiva ... (2º parágrafo)</p> <p>A regência determinada pelo verbo grifado acima se reproduz em:</p> <p>(A) ... que são enviadas em processo contínuo de transmissão durante todo dia ...</p> <p>(B) ... na medida em que penetra nossa existência em todos os instantes ...</p> <p>(C) ... vê-se televisão a todo tempo.</p> <p>(D) ... a televisão é uma imposição de modos de ser, de pensar ...</p> <p>(E) ... que deverá pautar sua ação em código de conduta do órgão de imprensa ...</p>
<p>93. Considere as afirmativas seguintes a respeito do emprego de sinais de pontuação no texto.</p> <p>I. <i>Mas o que é a televisão?</i> A questão colocada ao final do 2º parágrafo é apenas retórica, servindo para marcar uma pausa no desenvolvimento do texto, pois o autor parte do princípio de que os leitores já conhecem bastante bem o assunto.</p> <p>II. O emprego das aspas em "<i>famosos</i>" (3º parágrafo) assinala noção valorativa do autor a respeito do sentido atribuído habitualmente a esse vocábulo.</p> <p>III. Após os dois pontos, no 3º parágrafo, ocorre uma enumeração que explicita a expressão imediatamente anterior a esse sinal de pontuação.</p> <p>Está correto o que consta SOMENTE em</p> <p>(A) I.</p> <p>(B) III.</p> <p>(C) I e II.</p> <p>(D) I e III.</p> <p>(E) II e III.</p>	<p>96. As normas de concordância verbal e nominal estão inteiramente respeitadas na frase:</p> <p>(A) É inegável a influência de certos programas de televisão, especialmente no Brasil, mas parece necessário que se utilize esses recursos como forma de transmissão de teor educativo aos espectadores.</p> <p>(B) Aos meios de comunicação, principalmente no que se refere à televisão, o que importa são os índices de audiência medidos por pesquisas de opinião pública, que se traduzem em lucrativos investimentos de anunciantes.</p> <p>(C) Como veículo de alcance público que é, a televisão oferece meios de atingir enorme contingente da população, ainda que lhes transmitam conteúdos nem sempre marcados pelo bom gosto ou pela formação de valores.</p> <p>(D) As notícias, por vezes transmitidas sob determinado ponto de vista, assume proporções inesperadas, pois passa a ser tomada como verdade absoluta, sem maior preocupação com a fidedignidade aos fatos ocorridos.</p> <p>(E) A preservação de valores constitucionais devem prevalecer em toda forma de transmissão de informações, sejam por meio de noticiários e comentários por especialistas, sejam em programas voltados para o lazer dos espectadores.</p>



97. Considere o texto seguinte.

Em alguma parte alguma, de Ferreira Gullar (Record, 2010). Aos 80 anos, e após uma década sem publicar poesia, o autor maranhense reinventa-se em um momento da vida no qual muitos se acomodam ou se repetem. Teimoso e conservador como crítico de artes plásticas, Gullar segue caminho oposto na seara poética: vibra cada corda de seus versos com a lucidez da velhice e o frescor de um jovem. Escrevendo tanto sobre as coisas prosaicas, como uma bananeira, quanto sobre a iminência da morte, desnuda a imensa fragilidade da condição humana, mas não sucumbe à autopiedade.

(Revista **Bravo!** Cem melhores do século 21. Abril, n. 160, dezembro de 2010, p. 28)

Está correto o que se afirma em:

- (A) A frase *o autor maranhense reinventa-se* sintetiza as observações sobre o livro **Em alguma parte alguma**.
- (B) A ideia principal do comentário sobre o novo livro de Ferreira Gullar está no fato de que o poeta é, também, um crítico de artes plásticas.
- (C) Ter passado *uma década sem publicar poesia* se justifica pelo fato de que Ferreira Gullar é também capaz de escrever *sobre as coisas prosaicas*.
- (D) A avançada idade do poeta confirma a noção de que a *seara poética* constitui uma atividade intelectual em que *muitos se acomodam ou se repetem*.
- (E) O fato de ser visto como *Teimoso e conservador* na defesa de suas opiniões denota incoerência referente à percepção de que o poeta *não sucumbe à autopiedade*.

Atenção: As questões de números 98 e 99 baseiam-se no texto seguinte.

Militante do Partido Comunista Brasileiro, Ferreira Gullar viu-se obrigado a se exilar, nos anos 70, primeiro no Chile e depois na Argentina. Em 1975, estava em Buenos Aires quando compôs aquela que é considerada sua obra-prima, o longuíssimo Poema Sujo, que contém a estrofe:

*o homem está na cidade
como uma coisa está em outra
e a cidade está no homem
que está em outra cidade*

"Sentia necessidade de escrever tudo o que eu podia dizer, pois pensava que podia morrer naquela época. Afinal, uma ditadura militar havia se instalado no Brasil, depois no Chile, onde me exilara, e posteriormente na Argentina, onde eu estava. Foi nesse estado de espírito de não ter para onde correr que nasceu o poema. Na verdade, o poema não é político, mas um resgate do que eu havido vivido até então. É claro que tem a minha infância, tem São Luís ... O poema vai resgatar toda a minha experiência de vida, na medida do possível, mas ele é na realidade reflexão sobre aquelas coisas. Ele não é simplesmente 'ai que saudades que eu tenho da aurora da minha vida'... É uma reinvenção da própria vida. Uma coisa é você ter vivido, e outra coisa é você refletir sobre o que você viveu..."

No mês passado, recebeu o Prêmio Camões pelo conjunto de sua obra.

(João Barile. Revista **Bravo!** Abril, n. 158, outubro de 2010, p. 26, com adaptações)

98. Os versos transcritos do **Poema sujo** traduzem

- (A) a sensação de deslocamento do poeta, involuntariamente afastado das raízes familiares e de sua cidade natal.
- (B) a anulação das aspirações individuais em condições impostas por uma conjuntura política desfavorável.
- (C) a igualdade de condições a que todos estão sujeitos, independentemente de sua origem social ou localização geográfica.
- (D) a vivência pessoal que acompanha o indivíduo onde quer que ele esteja e aonde quer que ele vá.
- (E) a percepção de que os núcleos urbanos apresentam impressões de viagem similares a todas as pessoas que neles se encontram.

99. No depoimento do poeta, isolado por aspas, evidencia-se, especialmente,

- (A) a proposta de testemunhar, por escrito, os fatos políticos que marcaram uma época particularmente conturbada em alguns países vizinhos.
- (B) a noção de que a inspiração poética se distancia dos fatos corriqueiros da vida à medida que circunstâncias políticas afastam o autor de seu meio habitual.
- (C) a intencional reelaboração da experiência e das vivências que se vão acumulando e assimilando ao longo de toda a vida.
- (D) a importância da política, marca principal de sua poesia, trazida pelos consecutivos exílios durante as ditaduras militares no continente americano.
- (E) a opressão de regimes autoritários, como elemento recriador das descobertas experimentadas em diferentes lugares e épocas de sua vida.

100. **Clareza e correção**, imprescindíveis na redação de correspondência oficial, estão presentes em:

- (A) Em atenção à solicitação recebida por este departamento, vimos informar a V. Exa. que serão tomadas as devidas providências, bem como encaminhadas as informações dentro do prazo estipulado, como requerem os objetivos de transparência e agilidade no cumprimento de nossas funções.
- (B) As Comissões Legislativas que se encarregaram de avaliar os projetos elaborados por deputados dessa bancada sugeriram que sejam submetidos a maiores esclarecimentos, no sentido de se ampliar sua participação na área abrangida por eles, a ser encaminhadas por escrito.
- (C) A Vossa Excelência, ilustre e nobre Deputado, estamos encaminhando reivindicações dos moradores deste município, que diz respeito a melhoria efetiva de nossas estradas, facilitando o acesso e o transporte de bens produzidos aqui para comercialização nas cidades vizinhas.
- (D) Como se tratavam de situações calamitosas, causadas por chuvas torrenciais, provocando deslizamentos de morros, soterramento de pessoas, inundação de casas, sem os remédios para controlar eventuais epidemias, viemos solicitar a liberação das verbas do município contra catástrofes.
- (E) Aproveitamos o ensejo para esclarecer a V. Sa. que nos é obrigado a enfatizar as conclusões apostas a este Parecer, porque, quando se iniciar os trabalhos desta legislatura, irá aparecer, sem dúvida, as origens dessa crise em que se mergulhou recentemente.